



Sistema

Sistema Estadual de Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

30ª Reunião Ordinária do Comitê Executivo
do Programa Bolsa Verde
Belo Horizonte, 06 de setembro de 2016



30ª Reunião Ordinária do Comitê Executivo do Programa Bolsa Verde



PROGRAMAÇÃO

1. 09:00 - Exame e aprovação da Ata da 29ª Reunião do Comitê Executivo do Programa Bolsa Verde;
2. Apresentação da situação atual do Programa Bolsa Verde (Pagamentos realizados, Empenhos e Liquidações Vigentes, Parcelas Devidas)
3. Apreciação e deliberação sobre os processos com pendências constatadas nas visitas técnicas realizadas pelo IEF
4. Discussão sobre a Nota Jurídica PROC/IEF/SISEMA 41/2016, de 04 de abril de 2016;
5. Assuntos Gerais;
6. Encerramento.



1. Exame e aprovação da Ata da 29ª Reunião do Comitê Executivo do Programa Bolsa Verde

Ata da 29ª Reunião do Comitê Executivo do Programa Bolsa Verde

1. Aos quatorze dias do mês de maio de 2013, realizou-se, na Sala 06, 2º andar, Edifício
2. Minas, Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, localizado à Rodovia
3. Prefeito Américo Gianetti, s/n, Serra Verde, Belo Horizonte, Minas Gerais, a 29ª
4. Reunião Extraordinária do Comitê Executivo do Programa Bolsa Verde (CEBV), onde
5. estiveram presentes os membros do colegiado ou seus representantes oficiais, Ennia
6. Rafael de Oliveira Guedes (Faemg), Eduardo Antônio Arantes do Nascimento
7. (Fetaemg), Adauta de Oliveira Braga (IEF), Silas Roberto M. Vilela (Iter), Túlio Bahia
8. Alves (Igam) e Ênio Resende de Souza (EMATER) pela Secretária Executiva do
9. Programa Bolsa Verde (SEBV), Gabriela Gomes Pires (IEF), Wilton Geraldo de
10. Miranda, Ana Ely da Silva Rocha, Ricardo Adalberto de Carvalho e Ronaldo José
11. Ferreira Magalhães (IEF), e, como convidados, Catarina M.A.S. Oliveira, Andreia B.
12. Medeiros pela Prefeitura de Ressaquinha, José Geraldo Rivelli do Instituto Xopotô,
13. Lucas H. de O. Miyahara da ONG 4 Cantos do Mundo e Bruna R. C. Pinto da
14. Prefeitura de Taquaraçu de Minas. Instituição ausente: SEERF.

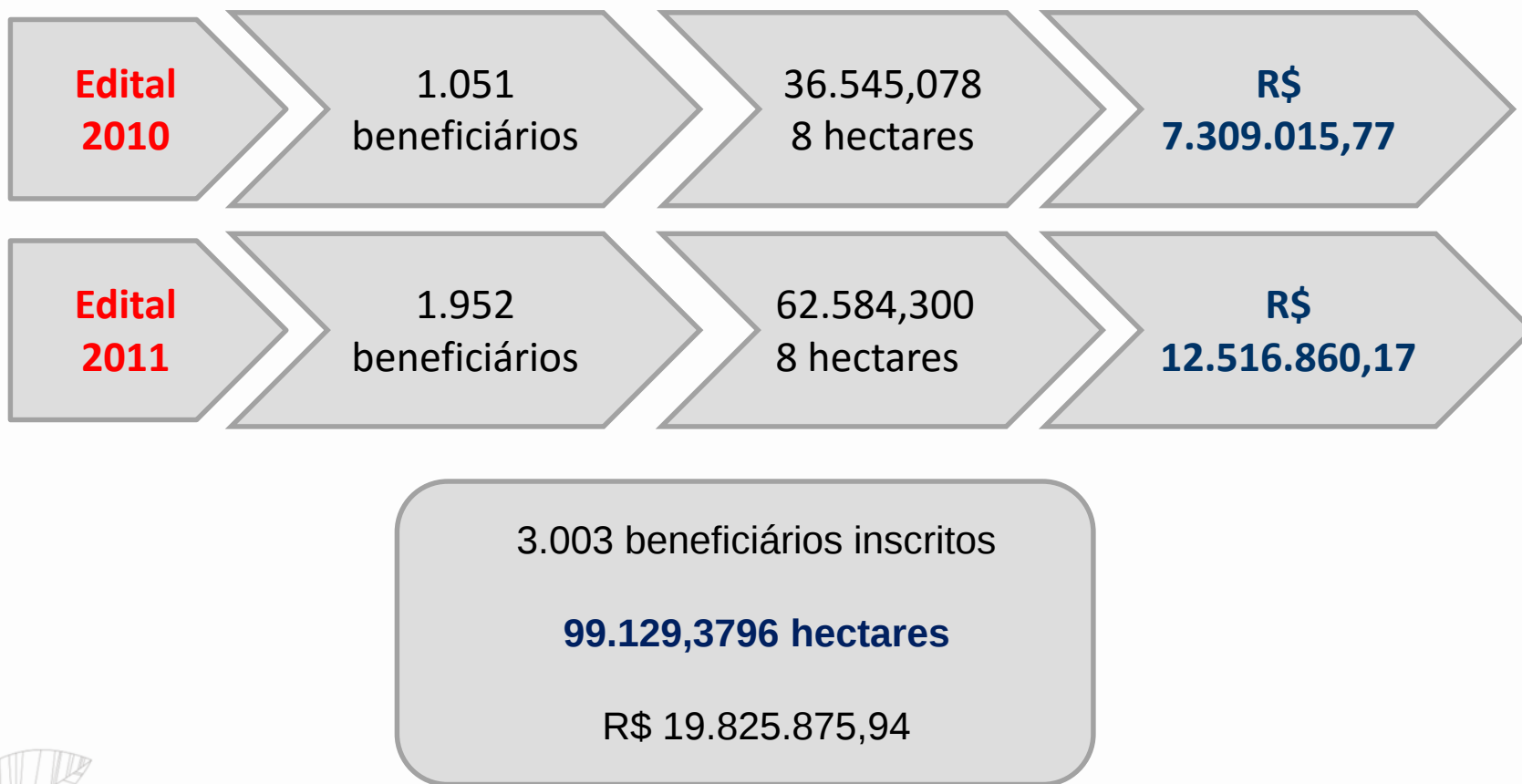
15.
16. A Diretora de Desenvolvimento e Conservação Florestal do Instituto Estadual de
17. Florestas (IEF), Adauta de Oliveira Braga, abriu a reunião. Após breve introdução,
18. iniciou o cumprimento da pauta com a submissão para exame e aprovação da ata da
19. 28ª Reunião Extraordinária do Comitê, realizada em 16 de abril de 2013, a qual foi
20. aprovada pela plenária sem ressalvas.

21.
22. Seguindo os itens de pauta, Adauta passou a palavra para Ronaldo Magalhães que
23. apresentou o resultado do 2º edital onde foram aprovados hum mil novecentos e
24. cinquenta e cinco propostas das duas mil setecentos e cinquenta e oito solicitações
25. apresentadas. Feitas as considerações sobre as solicitações consideradas
26. desfavoráveis observou-se que a grande maioria não apresentaram os arquivos
27. digitais dos limites da propriedade e/ou da área do benefício ou ainda, estes foram
28. apresentados em formato de arquivo incompatível com o manual. Ennia,
29. representante da FAEMG, observou que o produtor não pode ser penalizado pela
30. falta de envio do arquivo com os limites. Foi colocado pelo representante do IEF que a
31. pouca estrutura operacional do órgão somado ao curto prazo para realização de
32. visitas técnicas à propriedade, impossibilita a elaboração dos limites da área pelo
33. técnico que realiza a visita. Ênio da EMATER reforçou a necessidade de um
34. cronograma com um prazo maior nos próximos editais. Foi questionado pelo
35. representante do Instituto Xopotô, Sr. Geraldo Rivelli sobre a cobrança do Banco de
36. taxas e tarifas o que por muitas vezes, inviabiliza o recebimento do benefício.
37. Eduardo, representante da FETAEMG, solicitou que fosse convidado para a próxima
38. reunião o Superintendente do Banco do Brasil em Minas Gerais para participar da
39. próxima reunião do CEBV para discutir assuntos referentes às tarifas bancárias e
40. possíveis atitudes de “venda casada”. Ennia da FAEMG lembrou que em reuniões
41. passadas foi apresentada a possibilidade do Banco do Brasil confeccionar e
42. disponibilizar cartões para o pagamento do benefício. Gabriela da SEBV esclareceu
43. que o Banco do Brasil alegou um volume de recursos financeiros insuficientes para a
44. confecção dos cartões.

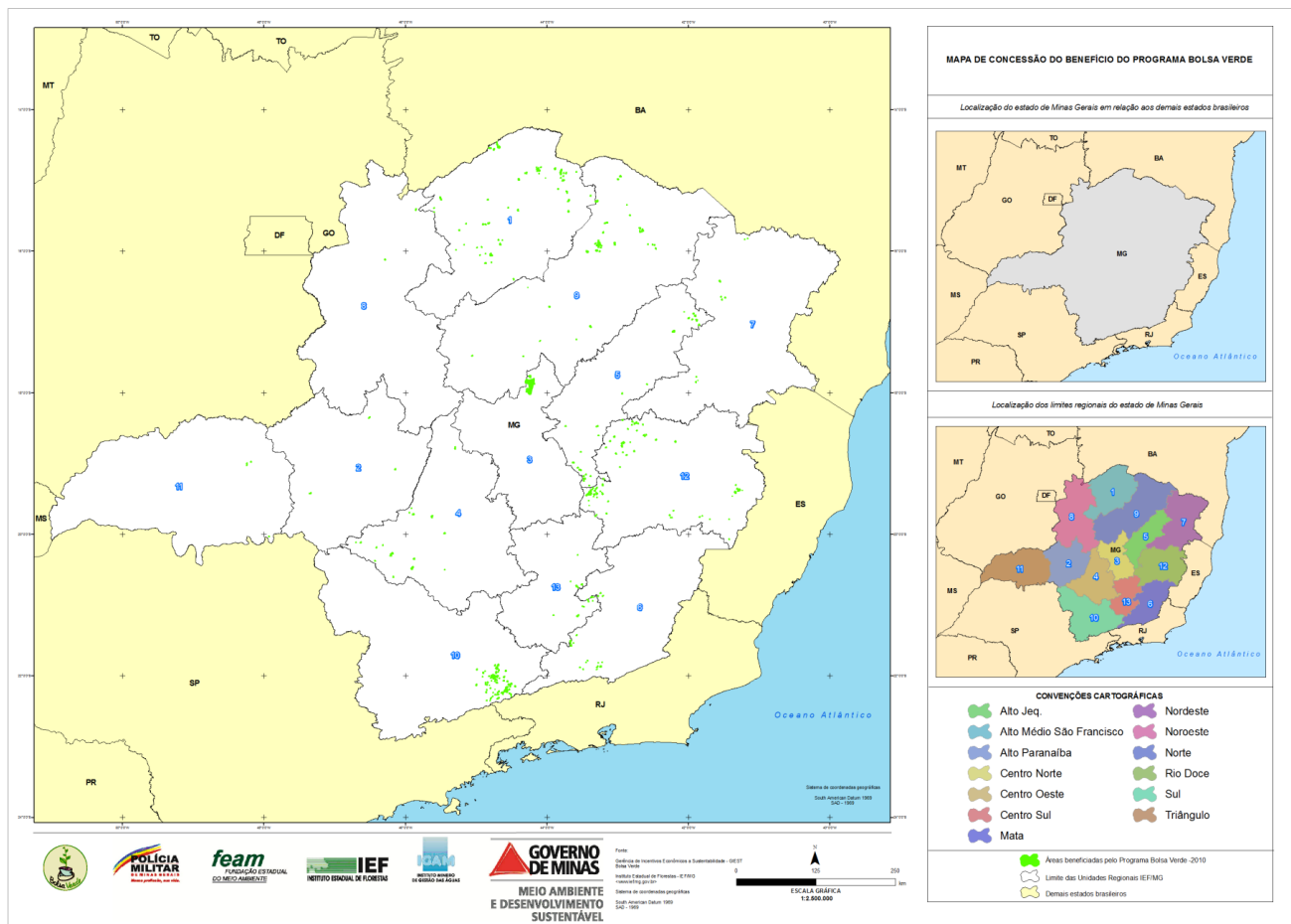
45. Eduardo da FETAEMG frisou a necessidade da continuidade das parcerias para a
46. continuidade e sucesso do programa Bolsa Verde. Adauta, do IEF, informou que as
47. parcerias serão formalizadas com os Escritórios Regionais do IEF para que tenhamos
48. uma maior proximidade entre estes parceiros e a instituição. Esta proximidade pode
49. facilitar a resolução de diversos problemas operacionais de forma mais rápida.



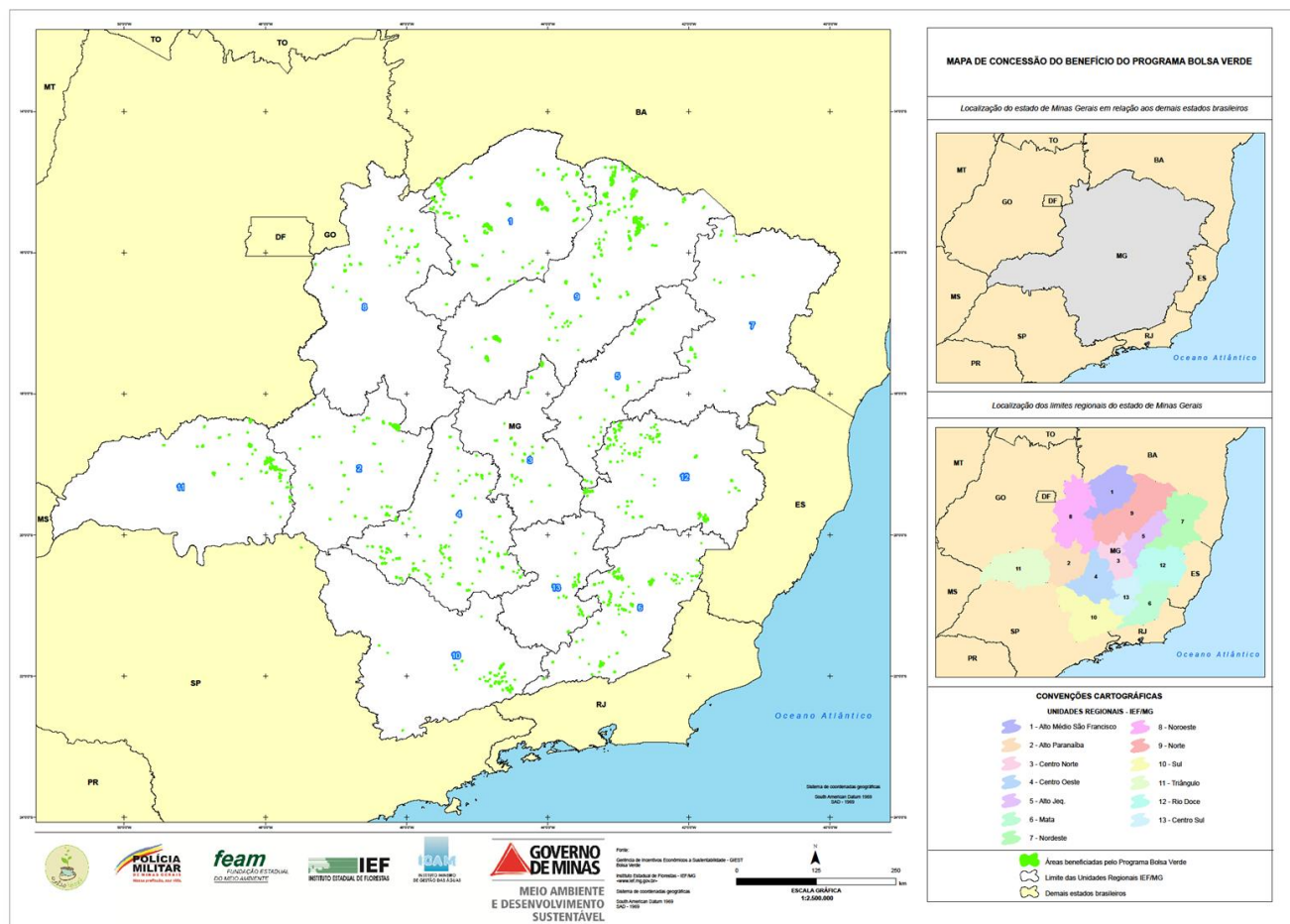
2. Apresentação da situação atual do Programa Bolsa Verde (Pagamentos realizados, Empenhos e Liquidações Vigentes, Parcelas Devidas)



2. Apresentação da situação atual do Programa Bolsa Verde (Pagamentos realizados, Empenhos e Liquidações Vigentes, Parcelas Devidas)



2. Apresentação da situação atual do Programa Bolsa Verde (Pagamentos realizados, Empenhos e Liquidações Vigentes, Parcelas Devidas)



2. Apresentação da situação atual do Programa Bolsa Verde (Pagamentos realizados, Empenhos e Liquidações Vigentes, Parcelas Devidas)

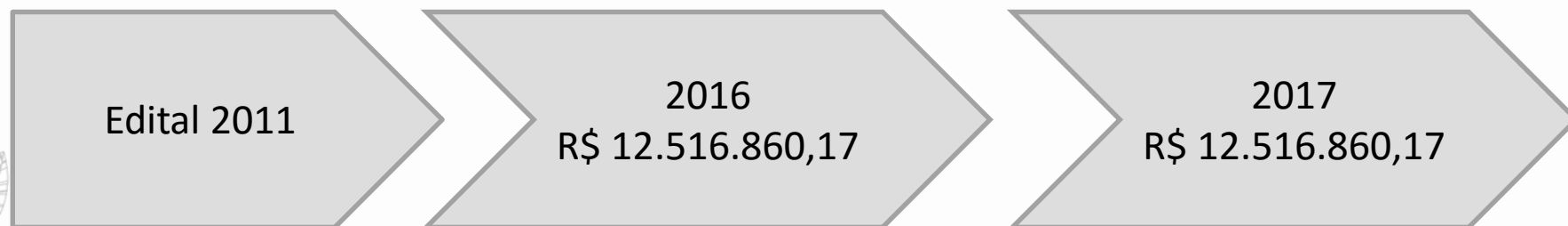
Edital 2010				
Parcela	Valor previsto	Valor pago	Valor atrasado	n° beneficiários
Parcela 1	R\$ 7.309.015,77	R\$ 6.883.340,63	R\$ 425.675,14	98
Parcela 2	R\$ 7.309.015,77	R\$ 4.777.835,65	R\$ 2.531.180,12	381
Parcela 3	R\$ 7.309.015,77	R\$ 60.265,04	R\$ 7.248.750,73	1048
Parcela 4	R\$ 7.309.015,77	R\$ 0,00	R\$ 7.309.015,77	1051
Parcela 5	R\$ 7.309.015,77	R\$ 0,00	R\$ 7.309.015,77	1051

Edital 2011				
Parcela	Valor previsto	Valor pago	Valor atrasado	n° beneficiários
Parcela 1	R\$ 12.516.860,17	R\$ 1.083.467,39	R\$ 11.433.392,78	1728
Parcela 2	R\$ 12.516.860,17	R\$ 16.191,76	R\$ 12.500.668,41	1946
Parcela 3	R\$ 12.516.860,17	R\$ 0,00	R\$ 12.516.860,17	1953
Parcela 4	R\$ 12.516.860,17	R\$ 0,00	R\$ 12.516.860,17	1953
Parcela 5	R\$ 12.516.860,17	R\$ 0,00	R\$ 12.516.860,17	1953

2. Apresentação da situação atual do Programa Bolsa Verde (Pagamentos realizados, Empenhos e Liquidações Vigentes, Parcelas Devidas)



Valor empenhado 2015: **R\$ 24.688.422,19**



2. Apresentação da situação atual do Programa Bolsa Verde (Pagamentos realizados, Empenhos e Liquidações Vigentes, Parcelas Devidas)

Solicitado à Supof o empenho de R\$ 20.468.117,78 do orçamento de 2016 referentes a beneficiários cuja aptidão para o recebimento de parcelas dos benefícios aconteceu no decorrer deste ano.

2. Apresentação da situação atual do Programa Bolsa Verde (Pagamentos realizados, Empenhos e Liquidações Vigentes, Parcelas Devidas)



	Edital	nº beneficiários	Hectares por edital	Hectares total
Venderam imóvel	2010	24	460,0567	1.223,7205 (1,23%)
	2011	20	763,6638	
Desistentes	2010	10	314,127	1.809,0626 (1,82%)
	2011	52	1.494,94	
Redução área revistoria	2010	63	1.883,99	1.922,35 (1,94%)
	2011	5	38,3532	
			4.955,13	5%

s com
alizadas

3. Apreciação e deliberação sobre os processos com pendências constatadas nas visitas técnicas realizadas pelo IEF

Pendências e Recomendações

1. Redução da Área Objeto do Benefício

Em caso de reduções intencionais o benefício é cancelado e o beneficiário sujeito à devolução dos valores recebidos. Em caso de intervenções acidentais, pagar-se-á sobre área remanescente.

2. Inaptidão constatada em Revistoria

Não pagar e, verificado o motivo, solicitar o distrato do Termo de Cooperação Mútua (TCM).

3. Apreciação e deliberação sobre os processos com pendências constatadas nas visitas técnicas realizadas pelo IEF



Pendências e Recomendações

3. Divergência entre Nota Técnica e TCM

Em caso de constatado erro na área submetida a deliberação do CEBV e celebração do TCM, apresentar área correta para nova deliberação.

Em caso de observada incorreção apenas na Nota Técnica, corrigi-la e inseri-la no processo físico arquivado nas Unidades Regionais.



3. Apreciação e deliberação sobre os processos com pendências constatadas nas visitas técnicas realizadas pelo IEF

Pendências e Recomendações

4. Nome não publicado no Diário Oficial de 'Minas Gerais'
Enviar para publicação.

5. Sem TCM assinado

Conforme Nota Jurídica PROC.IEF.SISEMA nº 41.2016, não será assinado novo TCM. Recomenda-se verificar a conservação da área com base no Laudo de Vistoria, nos Laudos de Visita Técnica e, eventualmente, por meio de imagens de satélite para assegurar que as obrigações do beneficiário estão sendo cumpridas.

3. Apreciação e deliberação sobre os processos com pendências constatadas nas visitas técnicas realizadas pelo IEF

Pendências e Recomendações

6. Venda da propriedade

O benefício será pago proporcionalmente ao tempo de permanência no Programa, comprovado por meio da apresentação da alteração no Registro do Imóvel no Cartório ou da Escritura Pública de Compra e Venda.

7. Desistente

O benefício será pago proporcionalmente ao tempo de permanência no Programa, comprovado por meio da apresentação de documento assinado pelo proprietário ou posseiro com a data da desistência.

3. Apreciação e deliberação sobre os processos com pendências constatadas nas visitas técnicas realizadas pelo IEF



Pendências e Recomendações

8. Problemas no TCM

Cancelar o Termo e publicar como desfavorável no 'Minas Gerais' e, caso necessário, a devolução do valor recebido. Eventualmente, será solicitada a procuração atualizada de quem firmou o documento.

9. Problemas na Nota Técnica

Realizar análise geoespacial e, caso favorável, publicar como aprovado no 'Minas Gerais'.



3. Apreciação e deliberação sobre os processos com pendências constatadas nas visitas técnicas realizadas pelo IEF



Pendências e Recomendações

10. Assentados do Incra

Publicar como desfavorável e cancelar TCM nos casos em que o registro no Instituto estiver suspenso ou inexistir bem como os casos de assentados evadidos.



4. Discussão sobre a Nota Jurídica PROC/IEF/SISEMA 41/2016, de 04 de abril de 2016



1. Minuta de Portaria para delegação de competência para assinaturas do TCM visando a chancela da Procuradoria para publicação em veículo oficial;
2. TCMs sem data de início da vigência;
3. Minuta de Portaria visando estabelecer procedimento de desistência do Programa;
4. TCMs do edital 2010 não assinados pelo DG IEF e/ou pelo beneficiário;
5. Portaria com prazo para regularização de documentação pendente para os beneficiários do edital de 2010;



4. Discussão sobre a Nota Jurídica PROC/IEF/SISEMA 41/2016, de 04 de abril de 2016



6. Em casos de venda da propriedade/posse ou desistência, como pagar as parcelas atrasadas até a data do distrato no Bolsa Verde?
7. O que fazer diante da iminência do término da vigência dos TCMs sem o correspondente pagamento?
8. Minuta de Termo Aditivo para TCMs que tiveram alteração na área objeto do benefício e cujos beneficiários forem autorizados pelo CEBV a receber pela área restante conservada.
9. Minuta do Termo de Retificação a fim de regularizar situações em que foram identificados vícios administrativos nos TCMs, no qual a área contratada não condiz com a área aprovada na Nota Técnica.
10. Chancela Jurídica para Modelo de Declaração de Posse .



5. Assuntos Gerais



1. Data e local da próxima reunião (07/10 – CAMG)

Portaria IEF 113/2010:

Art. 9º O Comitê Executivo reunir-se-á ordinariamente, mensalmente, na primeira sexta-feira e extraordinariamente por convocação do Presidente ou da maioria absoluta dos seus membros.



6. Encerramento



Obrigado!

